

PASSADO, PRESENTE E FUTURO DE PORTUGAL NO LARGO DIALÉTICO DE MANUEL DA FONSECA

Carlos Rogério Duarte Barreiros¹

Resumo

No conto “O Largo”, do autor português Manuel da Fonseca, é possível observar a transição violenta de uma Vila portuguesa, da pré-modernidade à modernidade. A análise cuidadosa do texto revela homologia entre: o ponto de vista a partir do qual se narra essa passagem; a estrutura do próprio conto; e finalmente as imagens que nele se articulam. Concluir-se-á, de forma geral, que esse texto de Manuel da Fonseca guarda em si proposta radical de revisão da imagem de Portugal.

Palavras-chave: literatura portuguesa, neo-realismo português, Manuel da Fonseca

Abstract

In the short story "O Largo" by Manuel da Fonseca, one can observe a violent transition from a Portuguese village, from pre-modernity to modernity. Careful analysis reveals homology between: the point of view from which this passage is narrated, the structure of the story itself, and finally the articulation of the images in it. One might realize that this text by Manuel da Fonseca contains a radical proposal to revise the picture of Portugal.

Introdução: pressupostos teóricos

Boaventura de Sousa Santos refere-se da seguinte maneira ao *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels:

A grande complexidade, se não mesmo ambiguidade, do Manifesto está em que nele se condena o capitalismo na mesma estratégia discursiva em que se celebra a modernidade. Enquanto capitalismo, a modernidade é um projeto necessariamente incompleto. A ciência e o progresso, a liberdade e a igualdade, a racionalidade e a autonomia só podem ser plenamente cumpridas para além do capitalismo, e todo projeto político, científico e filosófico de Marx consiste em conceber e promover esse passo. (SANTOS, 2002, p.25)

O olhar e a leitura do sociólogo português sobre o *Manifesto* são esclarecedores – no trecho destacado acima e ao longo de toda a obra de que este foi extraído: embora tenham gênese comum, as promessas da *modernidade* estiveram, ao longo dos séculos XIX e XX, restritas pelo *capitalismo*, que faz daquela “projeto necessariamente incompleto”. Boa parte da proposta marxista, aliás, talvez possa ser sintetizada na tentativa de celebrar e aprofundar as benesses da *modernidade* por meio do salto para

¹ Mestre em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Doutorando em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP).

além do *capitalismo*. A história do século XX, como propõem o mesmo Boaventura de Sousa Santos e outros estudiosos, está repleta de ensaios e tentativas dessa ordem.

É fértil perceber, com o sociólogo português, que os autores do *Manifesto* utilizaram-se da mesma “estratégia discursiva” para condenar o capitalismo e celebrar a modernidade, imbricados que estão. Com efeito, na obra de que foi extraído o fragmento acima, notam-se especialmente duas tentativas: a de, no plano global, mapear as contribuições, os anacronismos, os limites e os desafios futuros do par capitalismo-modernidade; e a segunda, a de identificar especialmente o papel de Portugal, país circunscrito rigorosamente no mesmo contexto. Trata-se de desafio ousado, já que o próprio autor observa, especialmente, que a pesquisa sociológica nesse país esteve especialmente atrasada ao longo do século XX e que interessa pouco e a poucos aprofundá-la no XXI (SANTOS, 2002, p. 51-52). Mais: as carências acumuladas no que diz respeito à análise da sociedade portuguesa fizeram florescer interpretações em boa medida bastante distantes da realidade concreta do país, o que resultou em visões equivocadas dos portugueses a respeito de si mesmos.

Finalmente, é de surpreender, mais uma vez, o olhar de Boaventura de Sousa Santos no que diz respeito ao papel que Portugal *pode cumprir* nos debates recentes a respeito da revisão crítica necessária aos pilares da modernidade – e do próprio capitalismo. De forma breve, devido ao pouco espaço de que dispomos, podemos afirmar que o sociólogo português acredita que a condição *semiperiférica* de Portugal – país nem tão central como os Estados Unidos, a Alemanha ou a Inglaterra, por exemplo; nem tão periférico como a maioria dos países da África, da Ásia e da América Latina – não pode ser analisada nem apenas pelas *faltas* que Portugal apresenta quando comparado aos países centrais, nem só pelos *avanços* se equiparado aos periféricos. Em palavras simples: a condição intermediária dos portugueses permitir-lhes-ia vislumbrar e formular alternativas viáveis para problemas aparentemente inextricáveis dos países do centro e da periferia. Sousa Santos insiste, por exemplo, que a pequena propriedade rural portuguesa, cujo trabalhador se divide entre o campo e a cidade, muitas vezes entendida como sintoma de atraso, pode ser agora entendida de forma diferente, espécie de alternativa *avant la lettre* para problemas contemporâneos, isto é, como alternativa de ocupação do espaço integrada à natureza, sem visar exclusiva e cegamente ao lucro (Ibid., p.89-90).

Essa interpretação a um só tempo ousada e singela pode servir de orientação inicial à necessidade que Eduardo Lourenço apontava sobre a necessidade de os

portugueses reverem a imagem equivocada que guardam e que fazem de si mesmos: “a mais sumária autópsia da nossa historiografia revela o irrealismo prodigioso da imagem que os Portugueses fazem de si mesmos” (LOURENÇO, 2007, p.23). Ousamos acrescentar que uma revisão *radical* da identidade portuguesa ultrapassará, por exemplo, os complexos de inferioridade e de superioridade que marcaram a história lusitana (Ibid., p.25). Superados esses complexos, os portugueses terão em mãos e diante dos olhos as condições necessárias para descobrir em que medida as diferenças nacionais são *atraso* ou *avanço* em relação ao mundo contemporâneo.

Com efeito, nem só atrasados em relação ao centro, nem só avançados em relação à periferia, os portugueses estão, não há pouco tempo, instalados em posição intermediária e, conseqüentemente, privilegiada, na exata medida em que podem, pela condição ambivalente em se veem, oferecer alternativas aos países das duas pontas, recuperando a dimensão nacional de *projeto coletivo*, esvaziada pelo menos desde o início da década de 80 do século XX, renovando-o, sem os exageros do nacionalismo reacionário de direita nem o sectarismo da extrema esquerda.

A literatura em Portugal certamente cumpriu papel fundamental na construção secular da imagem que os portugueses fazem de si mesmos – seja distanciando-se com maior ou menor intensidade das questões concretas em que se via o país nos momentos de ruptura, seja pondo a nu as contradições e os atrasos em que o país esteve metido ao longo da própria história. Obras literárias de protesto ocuparam especialmente este papel ao longo do século XX, sob o signo do *Neo-Realismo*, designação que, como sabemos, contém mais de um gesto literário: de forma geral, teve inspiração claramente marxista na década de 40, ganhando ares existencialistas no decênio seguinte, tomando fôlego experimental nos sessentas e setentas. Como se sabe, todas essas tendências agrupavam-se sob a mesma sigla devido à finalidade comum – a oposição à Ditadura Salazarista.

É possível afirmar que a procura pela renovação da imagem que faziam os portugueses de si próprios está cristalizada em uma série de obras neo-realistas, entre as quais destacamos aqui especialmente uma, a de Manuel da Fonseca – mais especificamente o conto “O Largo”, que abre o livro *O fogo e as cinzas*, publicado pela primeira vez em 1953. A análise do conto, neste texto, levará à observação do trato literário de inspiração marxista dado pelo autor à modernização de uma vila portuguesa, especialmente no que diz respeito ao processo dialético por que passa o Largo do título. Essa investigação fará assomar algumas imagens recorrentes que deixam entrever que,

em plena década de 50, já se podiam verificar na prosa literária portuguesa de grande fôlego os desafios enumerados por Sousa Santos. Concluiremos, ao final, que “O Largo”, de Manuel da Fonseca, guarda em si uma proposta de ingresso de Portugal na modernidade e no capitalismo – e que nesse conto já é possível verificar as especificidades semiperiféricas da matéria histórica portuguesa.

A dialética da modernidade numa aldeia portuguesa

A primeira leitura de “O Largo”, de Manuel da Fonseca (1972), conto que abre *O fogo e as cinzas*, pode levar à impressão inicial de que nele se valoriza o passado – inscrito no espaço que lhe dá título – em detrimento do presente, marcado pela chegada do comboio, que é por excelência, no texto, o símbolo da modernidade. A oposição entre, de um lado, *Largo-passado-estaticidade* e, de outro, *Comboio-presente-movimento* dá o tom geral do texto, cujas personagens são circunstanciais ou passageiras, todas a reboque do próprio Largo, este sim protagonista, personificado e decadente, antes núcleo da Vila, agora abandonado, habitado apenas de marginais que “não querem acreditar que tudo mudou” (Ibid., p.12). Em diversas passagens, o texto soa nostálgico, como se o narrador pretendesse recuperar personagens, situações, costumes, enfim, como se estivesse à cata do próprio Largo em sua forma anterior e dos acontecimentos que nele tinham cena. Tudo no Largo cheira a decrepitude – e o narrador soa melancólico ao descrevê-la: nele, que era a melhor das escolas, as crianças não aprendem mais. Ele está morto pelo comboio – é o que se lê logo no primeiro período do segundo parágrafo; também deixou de ser o espaço da circulação das notícias, da criação das histórias e das lendas, tendo perdido a condição de centro gravitacional da vida da Vila.

Bastaria essa descrição, repetamos, para que a primeira leitura do conto de Manuel da Fonseca pudesse sugerir – hipótese equivocada, como veremos – que na oposição entre Largo e comboio, aquele saia sempre *valorizado*, inclusive no que diz respeito à simpatia do narrador. Entretanto, da mesma forma, o conto pode soar, mais uma vez ao leitor desatento, como *celebração* da chegada do comboio e do conseqüente sepultamento do Largo, imagem criada no início do texto e retomada na nuvem de poeira que cobre o velho Ranito, ao final. É graças ao comboio que os homens da Vila tomam contato com o mundo; que as mulheres ganham as ruas, emancipando-se; que as inovações tecnológicas impedem que a falta de informação dê espaço à criação de

histórias que falseiam o mundo exterior – em poucas palavras, depois da chegada do comboio, a pequena Vila se vê integrada ao mundo. Modernizou-se, se quiséssemos nos expressar em poucas palavras.

Finalmente, uma leitura mais atenta talvez evidencie que o que interessa ao narrador é a verificação minuciosa do processo por meio do qual o Largo e a Vila viram-se investidos de novas características, sem que seus traços passados desapareçam por completo. Com efeito, acreditamos que é possível afirmar que, num movimento rigorosamente dialético, a chegada da *modernidade* – a antítese –, na forma do comboio, do rádio, das relações capitalistas de trabalho, não elimina, mas *rearranja* as relações arcaicas ou pré-modernas em que se via a Vila antes da chegada da modernidade – isto é, a tese –, dando-lhes feição particular, ainda em processo de constituição, que culminará na síntese – ainda não alcançada, mas que está por formar-se: aquela “qualquer coisa, terrível e desejada” que está acontecendo – primeira parte da imagem que servirá de fechamento a esta análise, como se observará adiante. Segundo Carlos Reis (1983, p.145), “a representação dialéctica da realidade” é “objetivo fundamental da estética neo-realista” – finalidade que será, como acreditamos poder demonstrar, levada às últimas consequências no conto de Manuel da Fonseca.

A chave interpretativa

O primeiro parágrafo do texto impacta o leitor e contamina-o do tom geral que comentamos acima, opondo tempos (passado e presente) e suas figurações espaciais, respectivamente (Largo e comboio):

Antigamente, o Largo era o centro do mundo. Hoje, é apenas um cruzamento de estradas, com casas em volta e uma rua que sobe para a Vila. O vento dá nas faias e a ramaria farfalha num suave gemido, o pó redemoinha e cai sobre o chão deserto. Ninguém. A vida mudou-se para o outro lado da Vila. (FONSECA, 1972, p.07)

Depois do advérbio “Antigamente”, que abre a oposição temporal, a oração curta aponta a antiga importância do Largo, agora caduco. Ele era “o centro do mundo”, núcleo em torno do qual orbitava toda a vida da Vila. O mesmo procedimento orienta o segundo período, cujo advérbio “Hoje” atualiza a descrição: o Largo é cruzamento – e levando em consideração a leitura integral do conto, diríamos que, na sua forma antiga e estável, o Largo de fato morreu; não deixou, contudo, de existir completamente, mas transformou-se, perdendo a relevância antiga: antes, era o ponto de convergência de todos os caminhos, na medida em que era *centro*; no presente do conto, deixou de sê-lo:

agora está deslocado do centro, é *ponto de passagem* de diversos caminhos. Preferiremos, assim, acreditar que o Largo não desapareceu completamente, mas que é expressão e parte de um processo dialético que o transcende e que o deslocou da posição original. As faias dão expressão à sobrevida do Largo, se nos lembrarmos de que, depois da chegada do comboio, elas continuam vivas: “As grandes faias ainda marginam o Largo, como antigamente e, à sua sombra, João Gadunha ainda teima em continuar a tradição. Mas nada é já como era. Todos o troçam e se afastam” (FONSECA, 1972, p.12-13). Note-se que elas e João Gadunha ainda conferem ao Largo a feição passada. Não se pretende afirmar aqui, categoricamente, que o Largo permanece *vivo* (pois o autor insiste em afirmar que ele foi *morto*), mas se faz necessário, levando em consideração as imagens propostas no texto, observá-lo como parte de processo dialético que não o elimina por inteiro, mas que lhe confere sentido novo, que parece legítimo investigar.

Sigamos na análise do primeiro parágrafo: a ramaria da faina *geme*, o que parece indicar nela, além da personificação evidente, um sopro de vida, literal e figuradamente *enraizado* na terra – o que não soa estranho, já que a vegetação é elemento que persiste, ao menos na paisagem do Largo, junto com seus frequentadores decadentes. Todos eles, de certa forma, ainda *gemem* pelas mudanças: João Gadunha brada aos poucos ouvintes uma Lisboa falseada, que todos conhecem devido ao contato com as notícias que chegam à Vila por meio do comboio e do rádio. São as lágrimas de Gadunha que “molham o tronco caruncho das faias”, como se as regasse, alargando-lhes a sobrevida. Eis aqui mais uma parte da imagem-chave que nos servirá de fechamento para a análise. Completemo-la, percebendo que também geme o velho Ranito, inconsolável por ter perdido a importância e o respeito que tinha antes da chegada do comboio, desafiando valentes imaginários, numa espécie quixotesca de português da aldeia, atropelado pela vida moderna que chegou apressada num vagão. Depois de inúmeros golpes naquilo que está desmanchado no ar, Ranito capitula: “Aos tropeções, pende para a frente e cai, tem que cair, o Largo já morreu, ele não quer, mas tem de cair. Pesado de bebedeira e desgraça, cai vencido” (Ibid., p.16). O tom é tão seco quanto o do primeiro parágrafo. Faias, Gadunha, Ranito: todos indicadores da sobrevida do passado, que a chegada do comboio insiste em fazer tombar – e em sepultar, como faz com o último. O fracasso e o grito dos marginais nutrem de água – o choro de Gadunha – e de matéria orgânica – o corpo de Ranito – as faias do Largo: está completa a imagem-chave que é preciso interpretar.

Um ponto de vista privilegiado

Investiguemos, antes, o ponto de vista a partir do qual o conto é narrado. Há apenas duas ocorrências que identificam o narrador: no segundo parágrafo, afirma-se que sob as rodas de ferro sucumbiram “homens que *eu* supunha eternos” (FONSECA, 1972, p.07, grifo nosso), trecho capital para esta análise: agora sabemos que o narrador participou, em alguma medida, do passado do Largo – e que imaginava eternos os homens que dele faziam parte, partilhando do imaginário coletivo algo mítico da Vila, em estágio quase primitivo de conhecimento, se considerarmos que *o que não se sabia era inventado*, como se lê apenas dois parágrafos depois (Ibid., p.08). A posição do narrador, dessa forma, parece estar associada, como já vimos, à visão idealizada e saudosa no que diz respeito ao Largo.

Entretanto, se seguirmos adiante, no mesmo segundo parágrafo descobriremos o outro fragmento em que o narrador se identifica, de passagem: “ao cimo da rua, esgalgado, um homem que *eu* nunca soube quem era e que aparecia subitamente à esquina, olhando cheio de espanto para o Largo” (Ibid., p.08, grifo nosso). Fica a impressão de que este homem misterioso é observador *de fora*, pois está “à esquina”, observando do alto, “cheio de espanto”, como que afastado da miopia analítica do “eu” eivado de lembranças – se quisermos, eis aí a figuração da antítese do narrador carregado do passado do Largo: a distância, pode-se analisar esse espaço e os processos por que passou com certa objetividade².

Mais do que isso: espécie de *duplo do narrador* – justificaremos essa afirmação a seguir –, esse espantado de visão privilegiada parece compor dialeticamente com seu outro um ponto de vista favorável à constituição de narração que se pretende neo-realista: uma observação em perspectiva, distanciada, por isso talvez mais objetiva, que contempla o todo, mas que simultaneamente *não perde a capacidade e a sensibilidade de se espantar*.

Em suma, acreditamos que o ponto de vista a partir do qual se narra em “o Largo” é uma espécie de síntese de primeira e terceira pessoa, pretendendo o distanciamento objetivo – que evita a distorção da proximidade exagerada – sem abrir

² A investigação da obra *O fogo e as cinzas*, como um todo, poderia levar à aproximação entre este homem distanciada do Largo e o narrador *espantado* do conto “O retrato”. Não dispomos aqui de espaço suficiente para essa análise, que fica prometida para outra oportunidade.

mão do *espanto*, isto é, sem deixar que o intuito da objetividade abafe a dimensão subjetiva de quem experimentou a vida na Vila e no Largo do passado.

O *narrador* foi parte da Vila de antigamente – e é certo que o acelerado das mudanças trazidas pelo comboio causou-lhe forte impressão, da mesma forma que ao seu duplo, que tudo observa e que com tudo se espanta. O narrador coloca-se, pois, *distanciado e aproximado, a um só tempo, da perspectiva do Largo*, sob a pretensão de descrevê-lo em sua totalidade, sem desconsiderar-lhe o passado, mas observando-o na forma presente. Finalmente: trata-se de narrador neo-realista cuja pretensão de objetividade não prescinde – ao contrário, tem por pressuposto – da motivação rigorosamente *humanitária e política* (que em Portugal ganhou matizes particulares, na oposição à Ditadura Salazarista) que o leva ao protesto por meio da escrita. O narrador neo-realista é, antes de tudo, um profundo indignado, antípoda do analfabeto político brechtiano; ato contínuo, está grave e subjetivamente sensibilizado das injustiças contra as classes pobres, e se vale do modelo materialista dialético para dar forma literária às contradições profundas da matéria histórica e social.

A modernização da Vila

Os parágrafos seguintes descrevem o que era o Largo no passado: as faias abrigavam sob sua sombra os espetáculos circenses, de cunho popular, e os duelos de amor; é nessa enfiada descritiva que se descobre que

Era através do Largo que o povo comunicava com o mundo. Também, à falta de notícias, era aí que se inventava alguma coisa que se parecesse com a verdade. O tempo passava, e essa qualquer coisa inventada vinha a ser a verdade. Nada a destruía: tinha vindo do Largo. Assim, o Largo era o centro do mundo. (FONSECA, 1972, p.08)

Note-se bem: já no passado, o Largo guardava a vocação do trânsito – afinal era ele o meio de comunicar-se com o mundo. Mais ainda: já vimos que era a partir dele que as verdades eram criadas, por mais fantasiosas que fossem. Insistimos, assim, que o Largo do presente não está absolutamente morto, mas radicalmente transformado, na medida em que deixa de ser *ponto de partida* para tornar-se *ponto de passagem* – que preserva, assim, dialeticamente, uma de suas feições originais, a da circulação, antes deprimida, agora elevada à máxima potência. O Largo soava como *centro do mundo* porque intermediava as relações dos habitantes da Vila com o mundo. Com efeito, trata-se da tese a que se oporá a antítese da modernidade. Não será à toa que no parágrafo seguinte sejam descritos os homens “inteligentes e sabedores”, que instruíam a vila; os

valentes, que a desafiavam; os embriagados, que a desdenhavam. Ainda mais: era no Largo que senhores, mestres, comerciantes, camponeses, empregados da Câmara, malteses e vagabundos falavam de igual para igual, “sem distinção de classes”. E a utilização desta expressão e dos termos “senhores”, homens poderosos de uma “Vila”, forrada de “mestres”, cujo Largo foi atropelado pelo “comboio” – essa cadeia isotópica parece localizar a Vila e o Largo, antes da chegada do comboio, no momento histórico que precede a *modernidade*, numa sociedade, como explica Sousa Santos, “rica em tecnologias familiares, tanto materiais, como simbólicas, e em formas de sociabilidade face-a-face baseadas sobretudo no parentesco e na vizinhança” (SANTOS, 2002, p.89). No momento em que o comboio adentra a Vila, *atropela* – lembremo-nos do trecho “Sob o rumor do rodado de ferro morreram homens que eu supunha eternos” (FONSECA, 1972, p.07) – todos os que não embarcaram na trajetória por ele proposta. O texto não poderia ser mais claro: a inexistência da distinção de classes se dá no Largo porque nele as relações de produção e as forças produtivas ainda não estão completamente modernizadas, mas ainda guardavam formas arcaicas, pré-modernas, de traços portugueses. Imaginar o Largo como espaço marcante de um momento histórico em que a modernidade não chegara às aldeias portuguesas dá cor e nitidez aos homens já mortos e ao contexto delido dos espaços públicos aí cristalizados – o fidalgo Palma Branco; os bêbados e as crianças ao redor dos espetáculos teatrais mambembes; o valentão donjuanesco tombando morto depois do duelo; as notícias chegando e se espalhando de boca em boca, à falta da imprensa; a existência e a profusão de histórias que não havia, na cultura oral que passa de pai para filho. Daí a nostalgia das crianças – também a do narrador, como já vimos anteriormente –, que aprenderiam o que quisessem no Largo.

Chama a atenção, nesse trecho do conto, um parágrafo curto: “A casa era para as mulheres” (Ibid., p.10), seguido de longa descrição da vida quase carcerária experimentada por elas na Vila pretérita: passavam o dia confinadas nas casas, porque “viviam apenas para os homens” (Ibid., p.10), vigiadas por eles, submetidas a eles. No parágrafo seguinte, a chegada do comboio condena à morte a vida de então.

Primeiramente, a chegada do comboio traz para Vila uma fábrica e um fluxo de mercadorias nunca antes imaginado pelos habitantes, que acaba por *proletarizar* os donos de oficinas, cujos modos arcaicos de produção não podem competir com a produção da indústria que se instala: “As oficinas faliram, os mestres-ferreiros desceram a operários, os alvanéis passaram a chamar-se pedreiros e também se transformaram em

operários”. (Ibid., p.11). O exercício do poder, antes organizado de forma *consensual*, discutido no Largo pelos homens poderosos com todos os outros, agora se manifesta por meio de instituições que representam a centralização do estado, como a Guarda, que substitui os cabos de paz. As relações entre os homens hierarquizam-se conforme o acúmulo do capital, as mulheres obtêm certa independência, os pontos de encontro têm caráter privado: prefere-se o Clube ao Largo, ocupado apenas pelos excluídos no processo de modernização, sem papel que exerçam nas relações de trabalho.

Eis aqui o ponto crucial de nossa análise: se é o Largo expressão do passado pré-moderno da Vila, e se é o comboio a expressão do presente industrial, moderno e burguês em que ela se vê mergulhada, o narrador neo-realista não celebra nem um nem outro. Daí a hipótese: o narrador dá forma literária à matéria histórica da chegada da modernidade a uma vila portuguesa a partir de um ponto de vista rigorosamente *dialético*, na medida em que ele próprio é *síntese*, como já verificamos anteriormente, de uma perspectiva distanciada e objetiva – que lhe confere o rigor – e de outra, de canal aberto aos apelos da experiência subjetiva.

Finalmente, o princípio formal que sustenta “O Largo” – o ponto de vista privilegiado, síntese dialética da perspectiva subjetiva e objetiva – organiza-lhe a estrutura como um todo, especialmente dois aspectos, além dos mais evidentes, como a escolha lexical. Primeiro: o conto pode ser dividido claramente em duas partes, a que descreve o Largo do passado (das páginas 07 a 10) e a que o descreve depois da chegada do comboio, iniciada na página 11, com a frase “Veio o comboio e mudou a Vila” – em estrutura similar à que observamos nos dois primeiros períodos do primeiro parágrafo do conto. Segundo: o tom descritivo do narrador oscila entre o lamento pela perda do passado e a celebração da chegada da modernidade – em “estratégia discursiva” semelhante à de Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*.

Finalmente, o conto que temos diante dos olhos investiga o *processo rigorosamente dialético* por que passou o Largo na transição do período pré-moderno para a modernidade. Esse processo culmina com a implantação das fábricas na Vila – uma espécie de revolução burguesa em miniatura, se quisermos, com todas as suas nuances, detalhadamente descritas no *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels: desenvolvimento tecnológico, substituição das oficinas de mestres pela produção em massa, larga circulação de mercadorias, centralização do poder,

polarização das classes sociais, propagação das ideologias burguesas, alguma emancipação feminina³.

Imagem-chave: Portugal em processo, Portugal em revisão

Já sinalizamos anteriormente que a imagem-chave para a interpretação do texto é a seguinte: o fracasso e o grito dos marginais nutrem de água – o choro de Gadunha – e de matéria orgânica – o corpo de Ranito – as faias do Largo, que, da mesma maneira que eles, *gemem*. Também já verificamos que em “O Largo” observa-se com nitidez o processo de inserção da Vila no que se pode chamar de modernidade, obrigatoriamente acompanhada pela polarização das classes sociais. Trata-se, como propusemos acima, de uma revolução burguesa em miniatura.

O processo vivido pela Vila e por seus habitantes não conta, entretanto, com *agentes*. O leitor atento terá percebido que a modernização descrita em “O Largo” não se dá por um movimento *intrínseco* à sua organização e à sua dinâmica social (quase estática, como já observamos), mas pela intervenção brusca de agente exógeno – a chegada do comboio, também este personificado, como o Largo. Do recontro entre eles, os despojos: o Largo *rasurado*, não mais como núcleo agregador, mas como intermediário, de passagem; os mestres – cuja função era abastecer o mercado interno e ensinar ofícios às crianças – transformados em operários, perdendo a criatividade antiga. A própria competência de criar se perde – antes, quando não havia notícias, histórias de notícias eram inventadas; no presente do conto, as notícias do mundo chegam em profusão, “O mundo está em toda a parte, tornou-se pequeno e íntimo para todos” (FONSECA, 1972, p.11).

Finalmente, é fértil perceber que o aburguesamento por que a Vila passou libertou as mulheres, que agora saem sozinhas, e deixou informados os habitantes, que tomam partido em tudo: “Ninguém já desconhece o que vai pelo mundo. E alguma coisa está acontecendo na terra, alguma coisa terrível e desejada está acontecendo em toda a parte. Ninguém fica de fora, todos estão interessados” (Ibid., p.26).

Chama a atenção o trecho em destaque, porque confirma que a existência da Vila, antes estática, está agora *articulada* a uma perspectiva muito maior, daí a impressão de que o Largo não obrigatoriamente tenha morrido, mas é parte de um

³ Mais uma vez, não dispomos neste texto de espaço suficiente para cotejar em detalhes “O Largo”, de Manuel da Fonseca, e o *Manifesto*, de Marx e Engels. Essa comparação seria extremamente fértil para verificar que o texto de 1848 certamente serviu de referência para a composição do de 1953 – tarefa que pretendemos levar a termo, em outra oportunidade.

processo econômico e social muito mais amplo, que lhe impede de ser ponto de gravidade, já que as mudanças não partiram dele ou dos que o frequentavam. É na forma da *emancipação das mulheres* e no *interesse das pessoas por todos os assuntos* que se pode observar duas sínteses avançadas do processo de modernização da Vila, isto é, a alguma decadência do patriarcado, da desigualdade sexual e da forma popular – porém ilusória – de cultura, em que o que não era sabido era inventado.

Mas esses ares são também carregados da pestilência da exclusão: João Gadunha é o bêbado da Vila, tentando perpetuar a tradição, sob as troças dos outros: até uma história rigorosamente *urbana* – a de um larápio que furta objetos aos transeuntes no Largo cosmopolita de Lisboa – soa falsa na boca de Gadunha, que supõe haver árvores em largos de Lisboa. “Fosse antigamente, todos ouviriam calados” – e as histórias que não havia seriam criadas: já não mais existem a cultura e o conhecimento passados de pai para filho, dos mestres para as crianças, que eventualmente se tornariam poetas, sempre a aprender. No presente, “Também as crianças se dividiram: brincam em comum apenas as da mesma condição” (FONSECA, 1972, p.12): até a dimensão infantil está eivada da diferença entre as classes sociais. Eis aí o efeito nefasto inerente à modernização: a exclusão social que, no mais, já fora observada anteriormente, na proletarização dos mestres.

Finalmente, lembremo-nos da insistência do narrador em referir-se a um movimento *telúrico*, que caracteriza a modernidade da Vila e, sintomaticamente, fecha o texto:

As telefonias gritam tudo que acontece à superfície da terra e das águas, no fundo das minas e dos oceanos. O mundo está em toda a parte, tornou-se pequeno e íntimo para todos. Alguma coisa que aconteça em qualquer região todos a sabem imediatamente, e pensam sobre ela e tomam partido. Ninguém já desconhece o que vai pelo mundo. E alguma coisa está acontecendo na terra, alguma coisa de terrível e desejado está acontecendo em toda a parte. (Ibid., p.12)

O fragmento acima contém em poucas palavras o resultado do processo de modernização da Vila: o ingresso na rede mundial de informações, que transformou o Largo em via de passagem; a transformação dos habitantes da Vila em indivíduos críticos, que em tudo “tomam partido”; e, finalmente, mais importante para nós, a percepção algo *sísmica* de que alguma coisa “terrível e desejada” está acontecendo “na terra”. Trata-se da mesma manifestação telúrica descrita no último parágrafo do texto, depois do *sepultamento* do velho Ranito, outrora mestre, transformado no presente em

alcoólatra “pobre e sem préstimo”: “Ele [Ranito] já não pode ver que o Largo é o mundo fora daquele círculo de faias ressequidas. Esse vasto mundo onde qualquer coisa, terrível e desejada, está acontecendo”. (Ibid., p.16)

A coisa “terrível” e “desejada” que segue acontecendo *no Largo que é mundo* assemelha-se, por analogia, ao processo mesmo pelo qual passa a Vila – a modernização e a revolução das relações sociais que, na leitura marxista, culminariam em revolução popular. Não será à toa que as lágrimas e os restos mortais de *dois excluídos* desse processo sirvam de sustento às faias ressequidas, como se o narrador quisesse sugerir que é do clamor desses excluídos que brotará uma proposta neo-realista de conto português – exatamente aquele que, de inspiração socialista, encontra nos menos favorecidos a chave para a revisão da imagem que os portugueses fazem de si próprios. De forma mais simples, trata-se de mergulhar na matéria histórica da Vila portuguesa e verificar os efeitos da modernização nesse espaço: de um lado, o acesso à informação e a emancipação das mulheres; de outro, a proletarização ou exclusão dos menos favorecidos e, mais importante, a ausência de agentes sociais que interfiram diretamente na realidade em favor dos excluídos. Não é possível observar em “O Largo” os resultados futuros da revolta de João Gadunha ou de Ranito, mas fica sugerido que é por meio de seus gritos, de suas mortes e da sobrevivência das faias, *todos guardando raízes no espaço do Largo*, que as classes sociais menos privilegiadas se farão ouvir coletivamente. A investigação do último conto de *O fogo e as cinzas* ou do romance *Seara de Vento*, do mesmo autor, facilmente nos levariam aos desdobramentos dessa imagem capital de “O Largo”.

Em perspectiva, é possível reconhecer no conto de Manuel da Fonseca a condição *semiperiférica* de Portugal analisada, mais de quarenta anos depois, por Boaventura de Sousa Santos: é país ao qual ocorre a modernidade, que se beneficia das inovações tecnológicas, da velocidade das informações, dos pilares da regulação e da emancipação, mas a que faltam agentes transformadores que possam reconhecer nas especificidades de sua própria terra os limites e as contradições inerentes às propostas mesmas da modernidade. Arriscamos afirmar que alguns autores neo-realistas portugueses já sinalizavam, cada um à sua maneira, Manuel da Fonseca em especial, para a impossibilidade de realização plena daquelas propostas em solo cuja matéria histórica guardava diferenças – não necessariamente atrasos ou avanços – em relação à que dera origem aos ideais da modernidade.

Em outras palavras, sugerimos em nossa análise a seguinte chave de leitura de “O Largo”: o princípio formal adotado no conto – o ponto de vista que é síntese dialética da objetividade e da subjetividade – determina a forma da escolha lexical, da estrutura dos períodos, da estrutura do próprio texto e, finalmente, da sequência de imagens nele apresentada. Essa homologia deixa entrever, primeiramente, que a proposta neo-realista de revisão de Portugal já continha, em termos gerais, embora historicamente circunscritos, as mesmas perguntas ainda hoje formuladas: que papel terá Portugal a exercer no mundo globalizado? Serão as características da cultura portuguesa atrasos a suprimir – feita a comparação com as nações centrais – ou avanços a tomar como referência – na equiparação às nações periféricas?

Longe de tentar responder a essas perguntas, é mister perceber que a imagem fulcral do conto de Manuel da Fonseca deixa sugerido que poderá emergir da *terra* portuguesa a voz alternativa – ainda que seja apenas um gemido – à brutalidade anônima e moderna do comboio, cujo condutor não tem face. Sousa Santos afirma que a pequena propriedade rural portuguesa, cujo trabalhador se divide entre o campo e a cidade, pode ser entendida como *alternativa* à falência das promessas da modernidade. Acreditamos que essa perspectiva já estava contida, em potência, no conto “O Largo”, de 1953, devido à percepção de que Portugal era nação intermediária, nem central, nem periférica. Como quer Eduardo Lourenço, talvez sejam algumas obras da literatura portuguesa a fonte primordial para a revisão radical da imagem que os portugueses fazem de si próprios.

Bibliografia

FONSECA, Manuel da. *O fogo e as cinzas*. Lisboa: Europa-América, 1972.

LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da Saudade: psicanálise mítica do destino português*. 5ª ed. Lisboa: Gradiva, 2007.

REIS, Carlos. *O discurso ideológico do Neo-Realismo português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: o Social e o Político na Pós-modernidade*. 8ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002

TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira. “O largo e o comboio: uma trajetória entre passado e presente”. In: *Analecta*, Guarapuava, Paraná. V2. n.º 2. p.31-36. Jul/Dez. 2001.